

# Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os Primórdios<sup>1</sup>

Licínio Cunha  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

**RESUMO:** As ideias de promover o desenvolvimento do turismo em Portugal surgem, essencialmente, pela necessidade de resolver os problemas financeiros com que o País se defrontava nos finais do século XIX e início do século XX. Em alguns países europeus as visitas de estrangeiros contribuíam positivamente para o respectivo “saldo comercial” e alguns políticos portugueses vêem aí um exemplo a ser seguido. É, no entanto, a sociedade civil que toma a iniciativa de promover acções concretas para atrair estrangeiros a Portugal a que se segue, pouco depois, a criação da Organização Oficial do Turismo Português (1911). Portugal torna-se pioneiro da organização turística nacional e internacional e inicia um caminho que conduz a que, em 1927, disponha de uma organização que abrange todas as áreas do turismo e que está na origem da actual. O presente trabalho procura analisar o processo que conduziu a esta organização assim como as dificuldades atravessadas e os sucessos alcançados.

**PALAVRAS-CHAVE:** turismo, organização local, destinos turísticos, hotelaria, jogo.

**ABSTRACT:** Promoting the development of tourism in Portugal come up, essentially, from the need to solve the financial problems that the country was facing in the late nineteenth and early twentieth century. In some European countries the visits of foreigners were contributing positively to their “trade balance” and some Portuguese politicians saw this phenomenon as an example to follow. However, the initiative of promoting concrete actions to attract foreigners to visit Portugal was taken by the civil society. Shortly, after those actions, the Official Organization for the Portuguese Tourism (1911) was created. Portugal became thus a pioneer in organizing the tourism activities at national and international level. From this point, Portugal has started a path that leads in 1927 to have an organization that covers all areas of tourism which is the base how Tourism is presently organized. This paper seeks to analyze and understand the process that has led the tourism activity to the present organization in Portugal as well as the difficulties crossed and successes achieved.

---

1 A partir deste texto foi elaborado um resumo destinado ao catálogo das comemorações do 1º Centenário da Proclamação da República.

## Introdução: o nascimento do turismo

A história regista, desde tempos imemoriais, a realização de viagens para conhecer novas coisas e de escritos que as descrevem, mas trata-se, quase sempre, de acontecimentos esporádicos que ocorrem por espírito de aventura e de curiosidade ou por motivos religiosos. Fizeram-nas e relatam-nas Pausanias, Heródoto, Plínio, Marco Polo, Ibn Battuta ou Fernão Mendes Pinto, para recordar alguns.

É, contudo, a partir dos finais do século XVI que surgem os novos viajantes que percorrem a Europa por instrução, conhecimento, prazer ou simples curiosidade. Os europeus estão ávidos de saber: à descoberta dos novos mundos sucede-se a descoberta do céu; à exploração do espírito sucede-se a do corpo. Viajantes, astrónomos, médicos, físicos, matemáticos, e filósofos consagram-se à busca do conhecimento e as viagens são um precioso auxiliar.

É o exemplo e são os escritos dos intelectuais, ensaístas e filósofos, que as estimulam afirmando as viagens como uma nova forma de instrução. É Montaigne que enaltece a utilidade das viagens “porque o espírito terá nisto um contínuo exercício ao encontrar coisas novas e desconhecidas”; é Locke que preconiza a função educativa das viagens; é também Francis Bacon para quem a viagem é, para os jovens parte da educação e, para os mais velhos, parte da experiência.

É em Inglaterra que o movimento se inicia em direcção ao continente por parte dos jovens saídos das universidades mas juntam-se-lhes aristocratas e simples curiosos oriundos de famílias enriquecidas pelo comércio e pela indústria emergente. O sucesso é enorme e em 1785 o grande historiador Gibbon calcula que cerca de 40 mil ingleses, entre *masters* e *servants*, andam excursionando pelo continente (Pina, 1991).

A viagem é longa e demorada. São, em regra, três anos para percorrer a França, Itália, Suíça e Alemanha, principalmente, que constituem a “grand tour”, e os que a fazem passam a ser designados por “touristes”. É um neologismo inglês, derivado do francês, para designar os ingleses que viajavam para o estrangeiro e consagrado por um francês o escritor Stendhal, no seu livro “*Memories d`un Touriste*”. Bastante criticado por o utilizar, aliás!

Turista começa, então, por ser o viajante inglês que se desloca por prazer, instrução e conhecimento. Depois, são-no também os viajantes de outras origens mas as razões da viagem que definem o turista mantêm-se até muito mais tarde: pelo menos até 1937 quando surge a primeira definição da Sociedade das Nações.

A partir da segunda metade do século XIX o mundo ocidental sofre profundas transformações tecnológicas, industriais, económicas e sociais que dão origem ao direito ao repouso, ao lazer e às férias. Criam-se, por via disso, condições que permitem o

acesso às viagens a novos e mais alargados estratos populacionais: rendimento, tempo livre e facilidades de deslocação.

O gosto de viajar populariza-se e desponta o turismo como actividade económica. Até, então, as viagens caracterizam-se pelo nomadismo mas a partir do século XIX inicia-se a procura de férias sedentárias nas estâncias balneares e climáticas por razões terapêuticas, nas termas e nas montanhas. A noção de turista começa a abranger também aqueles que se deslocam por razões de repouso, diversão ou recreio pese embora a recusa dos puristas do conceito, que preferem a designação “excursionista”, e dele excluem as pessoas que frequentam as termas e as praias ou participam num congresso.

Elegem-se certas localidades que pelas suas características e pelos atractivos que dispõem são objecto de organização (informal ou formal) com vista a atrair visitantes originando um processo de *turistização* de territórios, como se diz agora, que se transformam em espaços de produção turística. Desponta o turismo como actividade estruturada e organizada que, depois de ultrapassados os entraves que se lhe opõem (guerras, dificuldades de deslocação) se há-de transformar na maior actividade económica mundial e na mais universal de todas elas.

## Emergência da Consciência Turística em Portugal

A profusão de livros de viagens, novo género literário a que os grandes escritores dão origem, influencia alguns dos mais ilustres escritores portugueses que sobre elas escrevem com mestria: Almeida Garrett, para quem “as viagens fazem parte da boa e nobre educação”, Eça de Queirós que magistralmente descreve o Egipto, Ramalho Ortigão, infatigável viajante, que à maneira de Rousseau, percorre longamente o país porque “nada há de mais valioso e propício à nossa higiene intelectual e moral do que as viagens”. Elas são, aliás, “indispensáveis, no meio da lamentável desmoralização em que nos dissolvemos, para nos ensinarem a amar a Pátria pelo que nela é imortal, incorruptível e sagrado”. A desmoralização ainda por cá anda mas já não se viaja para amar a Pátria!

Todos eles evidenciam os aspectos educativos das viagens mas é Alexandre Herculano que nelas adivinha o interesse económico como meio de preservação dos valores culturais: “Quando a arte e os factos históricos se tornam recomendáveis convertem-se em capital produtivo”, argumenta ele na defesa do nosso património monumental. E, para ser mais convincente na esperança de que a inteligência descubra a resposta, formula a questão: “Calculai quantos viajantes terão atravessado Portugal neste século. Credes que esses romeiros da arte voltam da romagem aos seus lares sem des-

pende muito ouro, e esqueceis que esse ouro fica por mãos portuguesas?” (Herculano, 1839).

Também por essa altura, Stendhal asseverava que a beleza da região que descreve “atrai estrangeiros cujo dinheiro enriquece os estalajadeiros, o que, pelo mecanismo das contribuições indirectas dá rendimento à cidade” (in Vermelho e Negro).

Um e outro, intuem a importância económica do turismo por palavras simples mas convincentes, quando os economistas não lhe davam sequer atenção. Provavelmente não se conheciam mas a coincidência de pensamento pode interpretar-se como a percepção de uma nova realidade que escapa aos outros mas não aos espíritos esclarecidos.

É, contudo, na transição do século, quando Portugal atravessa “uma espécie de marasmo triste que o não deixa tomar conta de si mesmo” (Marrecas, 1915), que surgem, timidamente, vozes abalizadas que vêem no turismo uma forma de ultrapassar alguns dos graves problemas com que o País se defronta.

No decénio de 1860 vivia-se um autêntico *boom* económico em resultado das grandes obras públicas lançadas por Fontes Pereira de Melo (Marques, 1989) que nos fez “entrar em cheio no capitalismo europeu” (Martins, 1887) mas o endividamento externo e o défice orçamental que delas resultou criou uma situação calamitosa. Em finais do século XIX o País entra em crise profunda com falência de bancos, suspensão da amortização da dívida pública e colapso da balança de pagamentos que leva os credores externos a exigirem ao governo o respeito dos seus compromissos.

É perante esta situação que o Ministro da Fazenda, Mariano de Carvalho, se dá conta, em 1893, que “Lisboa lucraria enormemente se pela afluência de passageiros, aqui ficassem quantias avultadas”. E faz contas: se aqui viessem 10 mil estrangeiros e por aqui “jordaneassem” 30 a 40 mil passageiros poder-se-ia obter uma receita de 500 mil libras em cada ano. Para isso era preciso que “Lisboa fosse uma estação de inverno com todos os jogos e recreios próprios das cidades desta ordem” mas, desalentadamente, concluía que é “coisa de que não cuidamos”. Nada de atractivos para estrangeiros nada de chamar os passageiros, antes afugentá-los, declarava numa manifestação de impotência (Pina, 1991).

Poucos anos depois, Anselmo de Andrade, reputado economista e que viria também a ser Ministro da Fazenda, preocupado com aquilo que o País perdia “por excesso de importações sobre as exportações”, elegia “o dinheiro dos viajantes” como um dos meios para “pagar a diferença entre o deve e haver da balança de comércio”. Servia-lhe de exemplo a França e a Itália onde a diferença dos valores das exportações originadas pelos viajantes e o das importações a que davam lugar os viajantes nacionais se traduzia num “grande saldo comercial positivo”.

Não era, porém, o que acontecia em Portugal “porque os estrangeiros não costumam fazer no nosso país avultadas compras sendo, pelo contrário, os nacionais que nos seus regressos trazem importantes valores” pelo que “é contra nós o dinheiro dos viajantes” (Andrade, 1918).

É natural que tivessem sido as preocupações com a crise económica e financeira, que haveria de entrar pelo século XX, que levassem à eleição das viagens como meio de equilíbrio das contas externas e internas. Contudo, os defensores do desenvolvimento do turismo viam nele possibilidades mais vastas, quer de ordem material, quer imaterial e tanto para o sector privado como público.

Com efeito, para uns “a corrente do turismo” representava “fonte de receitas e vantagens económicas para o Estado, para o comércio e para a indústria nacional” (Ribeiro, 1910); para outros, os seus efeitos abrangem espaços mais amplos porque, para além do comércio e da indústria, o turismo anima as ciências e as artes (Estoril, 1914) e, para outros ainda, é mesmo “uma questão de vida ou de morte” porque de “seu desenvolvimento depende o nosso futuro” (Lima, 1912), tal era o dramatismo da situação.

Os resultados que se obtinham eram exíguos mas tinha-se como certo que, no decorrer dos anos, se assistiria “à formidável expansão da indústria que se convencionou chamar de estrangeiros” e que haveria de “chegar um dia em que as viagens estarão ao alcance de todas as bolsas e em que todo o mundo viajará” (Ataíde, 1912). Na mesma época, Martinet, o arquitecto francês que elaborou o projecto do Estoril, era ainda mais assertivo ao garantir que “Portugal virá a ser um dos primeiros países do turismo”.

Palavras proféticas que poucos terão levado a sério, mas o tempo e a realidade não podiam deixar de lhes dar maior razão: as viagens estão ao alcance de todos os bolsos e Portugal alcançou, já nos distantes anos oitenta, um lugar entre os 15 maiores destinos turísticos do mundo.

## Uma iniciativa ímpar:

### A criação da Sociedade Propaganda de Portugal

A criação da Sociedade Propaganda de Portugal é uma das iniciativas mais admiráveis do princípio do século XX e aquela que mais influenciou o despertar do turismo em Portugal. Foi seu inspirador Leonildo de Mendonça e Costa, jornalista de mérito, proeminente ferroviário, viajante apaixonado e patriota dedicado, que, influenciado pela promoção turística da Áustria e a Suíça, decidiu tomar uma iniciativa para que Portugal fizesse o mesmo.

Com esse objectivo escreveu uma carta a Alfredo da Cunha, Director do “Diário de

Notícias”, onde explicava a ideia e pedindo-lhe para ser o promotor da iniciativa. Este ofereceu-se para publicar a carta mas só 7 anos depois, o foi. Nela defendia a urgência em congregar patriotismos em torno de uma “Associação Promotora de Bem do País”, utilizando o turismo como veículo propagandístico para ajudar o país a sair da profunda crise social e económica que atravessava. A grande adesão à ideia levou Mendonça e Costa a promover uma reunião para a qual convidou “73 cidadãos que aderiram à ideia patriótica” (SPP, 1915).

Realizada a 28 de Fevereiro de 1906, compareceram destacadas personalidades da vida portuguesa entre as quais figuravam, além do promotor da ideia, Alfredo da Cunha, Manuel Emygdio da Silva, Magalhães Lima, Fernando de Souza, Henrique Lopes de Mendonça, Brito Camacho, Eduardo Burnay, conde de Figueiró, que, sob a presidência honorífica do príncipe Luiz Filipe, decidiram criar a Sociedade Propaganda de Portugal (SPP) sem qualquer fim lucrativo.

Eram monárquicos republicanos, católicos, maçons e jornalistas de varias tendências que entre si se degladiavam. Afastava-os a religião e a política, em duros e arrebatedos confrontos, mas congregava-os o patriotismo como um valor da união em torno da procura de soluções para problemas comuns. Unia-os a divisa “*Pro Patria Omnia*”: Tudo pela Pátria. Unia-os também o objectivo de promover “o desenvolvimento moral, intelectual e material do País e principalmente esforçar-se por que ele seja visitado e amado por nacionais e estrangeiros” (artº. 1º dos Estatutos).

A política não tinha entrada e os “grandes políticos teriam que despir essa qualidade para entrar no novo grémio sem lhes impedir que à saída, vestissem de novo esse sobretudo”. Era a condição proposta pelo indefectível monárquico Mendonça e Costa e que todos aceitaram.

À luz das idiossincrasias e dos comportamentos de hoje, dir-se-á que era uma situação insólita e condenada ao fracasso mas o espírito de contribuir para o bem comum irmanava-os na superação dos seus antagonismos. Começou com 73 sócios sob a presidência do monárquico Conselheiro Fernando de Souza mas, em 1915, já sob a presidência do grande tribuno republicano e Grão-Mestre da Maçonaria, Sebastião de Magalhães Lima, ultrapassa os 9.000 para dez anos depois alcançar os 16000 membros.

Em conformidade com os seus estatutos a sua acção centrou-se, sobretudo, na realização da propaganda do País com vista a “colocá-lo no lugar justo que ele deve ocupar entre as nações”, na promoção de iniciativas que facilitassem e desenvolvessem o turismo, criassem uma consciência colectiva sobre a sua importância e melhorassem as condições de atracção interna.

Uma das suas acções mais relevantes consistiu no desenvolvimento das ligações ferroviárias com o centro da Europa, e das marítimas, com o continente americano.

As ideias de transformar Lisboa num centro de tráfego internacional, entre ambos os continentes, já vinham de Fontes Pereira de Melo mas as crises que o País foi atravessando foram-no impedindo. A SPP tomou então várias iniciativas que se vieram a traduzir no estabelecimento de ligações diárias com Paris, pelo comboio “sud-express”, equipado com carruagens – cama, na atracação de barcos transatlânticos ao cais de Lisboa dos vapores da Booth Line e no estabelecimento de carreiras regulares entre Lisboa e Nova Iorque pelo paquete Sant`Ana da Fabre Steam Ship Co. O objectivo era óbvio: transformar Lisboa na plataforma das relações entre o centro europeu e o continente americano ou seja num *hub*, como hoje se diria.

Confirma-o, com toda a clareza, o primeiro cartaz turístico editado (1907) e espalhado pela Europa, ao proclamar “Portugal, the shortest way between America and Europe”. A periferia geográfica era, então, uma vantagem competitiva e não a inibição em que hoje nos refugiamos.

Ainda em 1906 aprovou o regulamento para a criação de delegações em diversas localidades com o fim de “organizar e divulgar o inventário de todos os monumentos, riquezas turísticas, curiosidades e lugares pitorescos do país e de concorrer para a atracção de nacionais e de estrangeiros”. Em 1920, já contava com 143 nas localidades que revelavam alguma apetência turística.

A propaganda era considerada como uma questão essencial porque se os estrangeiros nos visitavam pouco e o turismo não era a fonte de receita que dele se podia esperar, isto vinha “apenas de que Portugal ainda era um país ignorado”. Para o tornar mais conhecido e divulgar as suas belezas naturais e as suas riquezas artísticas e monumentais, a Sociedade desenvolveu uma vastíssima acção interna e externa.

Publicou e distribuiu folhetos, financiou a publicidade afixou cartazes em vários países, editou o “Guia Sociedade Propaganda de Portugal”, fomentou a visita e o estudo do nosso país por jornalistas e escritores estrangeiros. A mais significativa foi a visita de um grupo de jornalistas ingleses que se deslocaram desde Leixões até ao Algarve e que teve como efeito fazer-se, pela Europa e pela América, grande publicidade do nosso país (Silva, 1948) e a publicação de um guia intitulado “Progressive Portugal” de Hethel Hargrove.

Durante a I Guerra Mundial, apesar “da terrível hecatombe que tanto luto tem espalhado e tanta miséria tem produzido”, a Propaganda (como era vulgarmente conhecida) não se deixou dominar pelo desalento e deu exemplo de vigor e de capacidade de mobilização de energias para ultrapassar as dificuldades.

Sob a égide de Magalhães Lima, continuou a realizar acções de propaganda em Inglaterra, França, Holanda, Suíça, Espanha, Brasil e Estados Unidos da América e em 1917, criou em Paris em “*bureau de renseignements*”, iniciativa que se estendeu a

outras cidades francesas e a outros países. Foram estes *bureaux* que constituíram o embrião das Casas de Portugal que deram origem às actuais representações comerciais no estrangeiro. A par disso, nomeou correspondentes em 28 cidades estrangeiras onde realizavam conferências, distribuíam informações e organizavam exposições.

Para tornar mais operacional e eficaz a sua acção, criou várias comissões entre as quais a de Hotéis, para a qual foi nomeado presidente perpétuo Manuel Emygdio da Silva. De entre a sua vasta acção destaca-se a tarefa de melhorar os hotéis através da sua vistoria para a atribuição de placas “Recomendado” que eram uma espécie de certificação de qualidade, a criação de um curso de formação profissional na Casa Pia e a realização de diligências para a promulgação de uma lei hoteleira que criasse estímulos para a construção de novos hotéis em condições de conforto e higiene.

Encontrava-se a SPP no apogeu das suas iniciativas quando, passados quatro anos e meio da sua fundação, é declarada a República introduzindo profundas transformações na sociedade portuguesa que se repercutem na Propaganda. O seu fundador e Secretário Perpétuo, Mendonça e Costa, afasta-se do lugar alegando motivos de coerência moral e o mesmo sucede com o seu presidente Fernando de Souza mas não a abandonam.

Foi então confiada a presidência a Magalhães Lima, uma das mais destacadas figuras do novo regime mas que convive na Direcção da organização com os monárquicos que nela se mantém. Exaltando o “turismo como um fenómeno libertador de obscurantismos, agente inigualável do trânsito de ideias e de progresso entre as nações” (Pina 1988), continua a obra da Propaganda por vários anos mais.

Entretanto, a criação do organismo oficial em 1911 vai, a pouco e pouco, absorvendo algumas das tarefas que a sociedade se havia proposto realizar e a sua acção vai-se desvanecendo numa desmobilização crescente e a partir dos anos 30 quase passa despercebida. Ainda cria no seu seio, em 1932, o Grémio Português de Fotografia e algumas das suas delegações ainda se vão mantendo, mas o seu papel de aglutinadora e mobilizadora de vontades apaga-se na voragem das transformações. Aliás o espírito que levou à sua criação já não tinha lugar na ditadura.

Fica a sua herança e o seu exemplo. Uma herança monárquica que os republicanos não rejeitam nem menosprezam, antes aprofundam, dando prova de grande maturidade e elevado sentido de Estado como é timbre dos homens esclarecidos que, sem trair os seus ideais, colocam acima dos seus interesses o bem do País.

## **Portugal entre os pioneiros da organização turística internacional**

A consciência nascente da importância do turismo rapidamente se apercebeu de que o seu desenvolvimento exigia a cooperação internacional e cedo começaram a

surgir algumas iniciativas, primeiro, de carácter nacional e, depois, de âmbito internacional.

A Aliança Internacional de Turismo, criada em 1898 com o intuito de agrupar os clubes de turismo de vários países, terá sido a primeira organização internacional de turismo. Assumiu, contudo, sempre carácter privado e, verdadeiramente, a primeira organização turística internacional foi a Federação Franco Hispano – Portuguesa de Sindicatos de Iniciativa e de Propaganda.

Criada em 1908 pelos Sindicatos de Iniciativa e Sociedades de Turismo dos dois lados dos Pirenéus, com o nome de Federação Franco Espanhola de Sindicatos de Turismo, viria a adoptar a designação definitiva, em 1911, no IV Congresso Internacional de Turismo realizado em Lisboa que também aprovou os respectivos estatutos pelos quais se estabeleceu que o seu fim seria “o desenvolvimento do turismo e das indústrias com ele relacionadas nas regiões interessadas”.

Portugal participou na segunda reunião da Federação Franco – Espanhola realizada em São Sebastião em 1909 e por proposta de Fernando de Sousa a Federação passou a designar-se Franco – Hispano – Portuguesa e os seus congressos a ter carácter internacional. No ano seguinte, em Outubro de 1910, o congresso realizou-se em Toulouse, e no dia 10, precisamente no dia em que em Portugal se proclamava a República, foi tomada a decisão de realizar o seu IV Congresso em Portugal.

Foi promotor da iniciativa Fernando de Sousa acompanhado de Fabri, delegado da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, que perante as dúvidas dos participantes em aceitarem a candidatura de Lisboa, declarou solenemente que esta “se mantinha apesar dos acontecimentos políticos e que os congressistas seriam acolhidos de modo mais conveniente”. Foi necessário nomear uma comissão de arbitragem mas perante a firmeza e a convicção dos representantes portugueses a decisão de realizar o congresso em Lisboa foi votada por “unanimidade menos um voto” (IV Congrès, 1911).

Sete meses depois da decisão de Toulouse, entre 12 a 20 de Maio de 1911, realizou-se em Lisboa o IV Congresso Internacional de Turismo, ainda em plena luta entre os monárquicos e republicanos, unidos, contudo, “no ideal patriótico de trazer benefício e honra ao país e concorrer para fazer apreciar os portugueses como eles merecem” nas palavras de Bernardino Machado, então Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Neste congresso foram aprovadas 30 conclusões e recomendações sobre matérias muito variadas de interesse para o desenvolvimento turístico dos 3 países. Dentre elas destacam-se: a adopção, por Portugal, da hora do meridiano de Greenwich, o estabelecimento de linhas de navegação entre os países federados e as Américas, a emissão e aceitação do certificado internacional de circulação automóvel, a construção do

caminho-de-ferro entre Tomar, Batalha, Alcobaça e Nazaré, a protecção dos monumentos históricos e obras de arte, a necessidade de regulamentação dos jogos de fortuna e azar, a criação da federação dos hoteleiros “da raça latina” e muitas outras.

A Federação Franco – Hispano – Portuguesa de Sindicatos de Iniciativa e Propaganda e, em particular, o seu IV Congresso, foram os grandes pioneiros do turismo moderno e estabelecem a primeira iniciativa de coordenação oficial de turismo a nível internacional. Alguns anos mais tarde os dirigentes do turismo de vários países europeus decidiram, em 1925, criar a União Internacional dos Organismos Oficiais da Propaganda Turística, de que Portugal foi fundador, nela se subsumindo a Federação.

Passada a II Guerra Mundial, esta organização foi transformada, em 1947, na União Internacional dos Organismos Oficiais do Turismo (UIOOT), com o estatuto de órgão consultivo da ONU, com o fim de aumentar e favorecer a livre circulação das pessoas e estabelecer uma posição comum entre os seus membros sobre todas as questões relativas ao turismo internacional.

O extraordinário desenvolvimento posterior do turismo mundial e a importância que passou a assumir como meio de desenvolvimento económico e instrumento inquestionável do relacionamento internacional levou, em 1974, à transformação da UIOOT na actual Organização Mundial do Turismo (OMT) em que Portugal continua a manter o estatuto de membro fundador.

Em todas estas organizações que sucessivamente foram dando lugar umas às outras, desde a pioneira Federação até à OMT, Portugal manteve sempre uma participação activa e muito relevante: um dos seus representantes (Felner da Costa) ocupou, em 1956, a presidência da UIOOT e na OMT tem integrado o respectivo Comité Executivo.

## **Organização oficial do Turismo: A inovação republicana**

A nível oficial, só no início do século XX surgiram as primeiras iniciativas para a criação de organizações nacionais de turismo embora já existissem algumas de carácter privado.

Com efeito, o primeiro organismo oficial do Turismo foi criado na Áustria, em 1909, seguido do Office National du Tourisme francês em 1910, países onde o turismo assumia já uma dimensão económica muito relevante: em França o saldo da balança turística já contribuía, em 1913, para o financiamento de quase metade (48,9%) do seu défice comercial (Câmara Corporativa, 1952).

Não era o caso de Portugal onde a importância do turismo era irrisória mas havia uma enorme vontade em procurar neste “industrialismo fácil” (Ribeiro, 1910) com-

pensação financeira para o sistemático défice externo. E, assim, tirando proveito da realização do IV Congresso Internacional do Turismo, o governo decidiu institucionalizar a organização do turismo nacional numa atitude que viria a ter longo alcance.

Enquanto decorriam os trabalhos do Congresso, em 13 de Maio de 1911, Batalha Reis, na sua qualidade de delegado do governo, anunciou a preparação de um diploma pelo qual seria criado o organismo nacional de turismo. Uma semana depois, no dia 19, num gesto carregado de simbolismo, entregou ao Congresso um exemplar do Diário do Governo em que era publicado o Decreto datado do dia 16, para “tornar os congressistas como testemunhas do zelo que lhe merecem as questões de turismo”.

O governo revelara extraordinária eficiência e o efeito não poderia ser maior. O director do Office National du Tourisme deu as boas vindas ao novo organismo “prometendo amá-lo como um irmão gémeo para o grande bem do turismo mundial” (IV Congrès, 1911). Deste modo Portugal pode orgulhar-se de ter sido o terceiro país do mundo a criar a sua organização oficial do turismo. Com esta decisão e com as iniciativas da SPP entrou na primeira linha de iniciativas que procuravam promover o desenvolvimento do turismo e dar-lhe uma dimensão que a pouco e pouco se ia adivinhando.

Decalcada da sua similar francesa, a nova organização era constituída por uma Repartição de Turismo, no seio do Ministério do Fomento, orientada por um Conselho de Turismo com 7 membros que tinha competência para “ordenar estudos e deliberar sobre as respectivas conclusões”. Para chefe da Repartição foi nomeado, pelo então Ministro do Fomento Brito Camacho, também um dos fundadores da SPP, José de Ataíde, ficando Sebastião de Magalhães Lima a presidir ao Conselho de Turismo.

A nova Repartição foi dotada de autonomia administrativa e financeira porque passou a receber os impostos especiais lançados sobre as indústrias do Turismo, cabendo-lhe, entre outras, as funções de estudar a conveniência de novas ligações internacionais, a melhoria das condições transporte, circulação e hospedagem dos turistas, a criação de novos motivos de atracção e a de fazer a propaganda de Portugal.

Eram ambiciosos os seus objectivos e, aparentemente, adequados os meios de que dispunha mas, na realidade, veio a defrontar-se com sérias dificuldades para levar a cabo a sua missão entre as quais a instabilidade política e financeira que se vivia a que se juntou a I Guerra Mundial.

Os governos sucedem-se a ritmo vertiginoso: 47 governos até à instauração da ditadura em 1926, com um tempo de duração média de 4 meses. A situação económica deteriora-se com a recessão e elevadas taxas de inflação e Portugal, quando se desencadeia a Guerra, apresentava já “um nível económico e cultural muito baixo vegetando à parte das correntes europeias” (Hughes). É uma situação pouco afoita ao

desenvolvimento do turismo que, naturalmente, asfixia a Repartição do Turismo que, na sua concepção inicial, tem vida efémera.

Com efeito, em 1920, em consequência da reestruturação do Ministério do Comércio e Comunicações que, em 1919, substituíra o Ministério do Fomento, cria-se a Administração Geral das Estradas e Turismo na qual é integrada a Repartição do Turismo e extinto o Conselho de Turismo. Para o autor da reforma, Velinho Correia, criara-se “um organismo autónomo e independente de influências políticas” (Anuário de Turismo 1933-34) e para Ataíde (1932) a reforma “sobremaneira honra o seu autor” porque aumentou as competências da Repartição e instituir um Fundo de Viação e Turismo (1921) destinado à satisfação dos encargos com os serviços de estradas e com o desenvolvimento do turismo. Outros porém, classificaram-na de “grotesca e irrisória como medida de fomento” e criticaram a extinção do Conselho de Turismo (Pina, 1988).

Na prática os resultados foram medíocres porque a regulamentação dos serviços da Administração Geral das Estradas só veio a ser aprovada em 1924 mas nela teve origem a criação das Comissões de Iniciativa (1921) e o Fundo de Turismo que, sobretudo, a partir dos anos sessenta, teria um papel relevantíssimo no desenvolvimento do turismo.

Mas o golpe mais rude foi-lhe dado pela Ditadura Militar com a sua transferência, em 1927, para o Ministério do Interior. No mesmo ano foram regulamentados os jogos de fortuna e azar administrados por um Conselho de Administração também na dependência deste ministério. Com o intuito de dar uma melhor arrumação aos serviços do turismo e do jogo, a Repartição do Turismo foi, em 1928, transformada em Repartição de Jogos e Turismo. A ligação do jogo com o turismo veio, mais tarde, a ser propícia para este mas, na altura, só dele retirou benefícios indirectos e reduziu a capacidade de manobra que lhe era necessária. Nunca o Ministério do Interior seria uma boa área de acolhimento do turismo: a liberdade que o turismo pressupõe não se dá com os controlos que são apanágio do Ministério do Interior.

No ano seguinte, prevendo-se que as exposições de Sevilha e Barcelona haveriam de atrair “viajantes dos mais longínquos países” e tendo em consideração “a situação privilegiada do nosso país e as excepcionais condições que reúne para constituir um centro de atracção turística”, o governo decidiu criar um Conselho Nacional de Turismo à semelhança daquele que, pouco tempo antes, havia sido criado em França.

Como as organizações anteriores, por inadequadas ou por falta de meios, não se tinham revelado como eficientes instrumentos para o desenvolvimento do turismo (Câmara Corporativa, 1952) foram-lhe dados os mais amplos poderes nomeadamente a competência de “coordenar os esforços de todos os organismos nacionais que se relacionem com o turismo no sentido de lhes imprimir uma unidade e finalidade

profícuas”. Além disso, foi-lhe atribuída a competência de “organizar um plano de desenvolvimento turístico nacional e dar-lhe rápida execução” (Decreto-lei nº.16 999 de 4 de Agosto de 1929).

Por isso o novo Conselho foi dotado de um estatuto próprio que reforçou as suas atribuições com poderes consultivos “sobre todas as medidas a promulgar sobre o turismo” mas também deliberativos “sobre todos os assuntos que directa ou indirectamente se relacionam com o turismo”.

Apesar disso, este Conselho, presidido pelo Ministro do Interior, reunindo uma vez por semana e insuficientemente dotado dificilmente podia “conciliar as realizações imediatas com a carência de recursos” (Ataíde, 1932) e cedo começou a revelar total incapacidade para alcançar os objectivos que lhe haviam sido fixados. A captação dos viajantes que haveriam de visitar as feiras de Sevilha e de Barcelona foi um fracasso e não há notícia de que tenha organizado qualquer plano de desenvolvimento turístico.

Embora competisse à Repartição de Jogos e Turismo “fazer a propaganda de Portugal como país de turismo” e ao Conselho Nacional de Turismo “deliberar sobre propaganda e divulgação das riquezas artísticas e do turismo nacional” o Ministério dos Negócios Estrangeiros decidiu, à margem destes organismos, criar, em 1930, um Comissão da Propaganda do Turismo de Portugal no Estrangeiro, com a incumbência de propor ao governo a execução dos serviços de turismo no estrangeiro.

Em consequência, em 1931, foram criadas Casas de Portugal, primeiro em Paris, alguns meses depois em Londres e , decorridos dois anos, em Antuérpia, que passaram a agrupar a propaganda comercial e do turismo nos países respectivos. Os “bureaux de reseignements” da SPP já não tinham lugar.

As mudanças sucessivas ocorridas na organização oficial do turismo, com experiências que se vieram a revelar improfícuas e, algumas vezes, nefastas, conduziram à perda de dinamismo e à incapacidade de criar as condições essenciais exigidas pelo desenvolvimento do turismo. As iniciativas tomadas não produziam os resultados esperados e o desenvolvimento turístico continuou a ser uma miragem.

Não admira, assim, que no I Congresso Nacional de Turismo realizado em 1936, se tenha reconhecido que a organização do turismo em Portugal não “corresponde às exigências de vida moderna nem integra, no plano comum, todos os elementos do trabalho nacional interessados no turismo”, desabafa o Conde Penha Garcia (Garcia, 1936), antigo dirigente da SPP.

Fora um longo período de transformações, de dificuldades e de instabilidade mas chegara-se a 1930 com uma organização institucional que abrangia todas as áreas do turismo: Um Conselho Nacional de Turismo, uma Repartição de Jogos e Turismo,

um Fundo de Viação e Turismo, Comissões de Iniciativa e Representações Oficiais no Estrangeiro.

Era, então, indispensável fazer melhor mas teria sido difícil fazer mais!

## **A organização local de turismo: base de descentralização**

Uma das primeiras decisões da SPP foi a de aprovar o regulamento para a criação de delegações em localidades com interesse para o turismo. O entusiasmo que esta iniciativa despertou foi enorme e, em poucos anos, foi montada uma vasta rede de delegações, verdadeiros sindicatos de iniciativa, nas localidades mais frequentadas por visitantes ou naquelas que se considerava ter condições para o serem.

Tratava-se, é claro, de estruturas descontínuas nascidas do voluntarismo dos **amigos da terra** cujo objectivo não ia além da divulgação e defesa dos valores locais, sem possibilidades de intervirem eficazmente na criação das condições que permitissem o lançamento dos equipamentos indispensáveis ao seu desenvolvimento turístico.

Por isso a novel Repartição do Turismo, entendendo que os serviços instalados em Lisboa dificilmente actuavam na província, decidiu proceder ao estudo de uma organização que permitisse “realizar na província a obra turística necessária” já que as câmaras municipais não davam garantias de zelarem as questões do turismo. “São organismos que têm uma função própria e que ( ) dificilmente se dedicariam a assuntos que demandam aptidões e conhecimentos especiais” (Ataíde, 1932).

A primeira proposta de lei foi apresentada ao Parlamento em 1914 mas só em 1921, agora, por proposta do Ministro do Comércio, Ernesto Navarro, veio a ser aprovada a lei nº. 1.152 que permitiu a criação “em todas as estâncias hidrológicas e outras, praias, estâncias climáticas, de altitude, de repouso, de recreio e de turismo” de Comissões de Iniciativa com o fim de promover o desenvolvimento das respectivas localidades.

A regulamentação desta lei, passados três anos, operou uma verdadeira descentralização na medida em que as comissões criadas passaram a ter muitas das competências que pertenciam aos serviços centrais. Entre outras, passou a competir-lhes a fixação dos preços nos serviços de transporte por estrada, a elaboração de planos e projectos de melhoramento bem como a execução das respectivas obras e a fiscalização dos hotéis e restaurantes.

Para financiar o seu funcionamento, além dos adicionais às contribuições industrial e predial, foi estabelecida a “taxa de turismo”, que haveria de perdurar até 1986, incidindo sobre as importâncias das contas pagas nos meios de alojamento e nos restaurantes mas também sobre as rendas de casas alugadas por períodos inferiores a 6 meses. De realçar que, mesmo as casas cedidas a título gratuito, ficavam obrigadas

ao pagamento daquela taxa o que traduz um correcto entendimento do “alojamento turístico privado” que a partir de 1993 passou a ser incluído na classificação de alojamento turístico da ONU. O legislador percebeu, na sua época, uma realidade que as organizações internacionais, só viriam a enquadrar no turismo 70 anos depois!

Provavelmente pelo poder de que passaram a ser revestidas, pelas receitas a que tinham acesso, pela sua grande autonomia em relação ao poder central, a criação de comissões de iniciativa proliferou por todo o país mesmo em localidades que dificilmente satisfaziam as condições legais e o espírito que as inspirou. Os seus dirigentes não eram remunerados mas tinham prestígio e poder.

Uma década depois existiam já 85 comissões de iniciativa, do norte ao sul do continente, que na opinião de Navarro (1936) constituíam “uma poderosa força para o desenvolvimento da indústria do turismo” embora reconhecesse que a sua actuação era “desordenada por falta de orientação e de racional aproveitamento da sua acção”.

Ao longo dos tempos passaram vicissitudes de vária ordem mas foram elas que estiveram na origem de toda a organização local e regional do turismo (Comissões Municipais, Juntas, Regiões de Turismo) que perdurou até à recente reforma (2008).

A criação das comissões de iniciativa, e os seus posteriores desenvolvimentos, foi o mais significativo processo de descentralização e de autonomização em relação ao poder central levado a afeito em toda a história do turismo e não encontra paralelo em relação a qualquer outra actividade económica.

Está por fazer o estudo dos efeitos que teve sobre o desenvolvimento turístico, em particular, dos locais e regiões onde esses órgãos foram criados mas, certamente, seria bem diferente e menos consistente.

## **O desabrochar dos destinos turísticos e os difíceis caminhos da hotelaria**

O turismo é um fenómeno desconhecido em Portugal até meados do século XIX e “o verdadeiro turista, ou seja, o estrangeiro que viaja só para se recrear, só no princípio do século XX se começa a interessar pelo nosso país” (Spartley, 1936).

Contudo, é a partir daquele século que, em algumas localidades se começam a desenvolver de forma organizada, infra-estruturas e actividades com vista a atrair pessoas, iniciando-se o processo que daria origem ao aparecimento dos destinos turísticos.

Tal é o caso das estâncias termais que, em finais do século XIX, eram já o centro principal de atracção das classes burguesas nacionais que as procuravam, não tanto para a cura dos seus padecimentos, mas para descanso e distracção. Em Lisboa, “era difícil alguém distrair-se de Abril a Outubro” e as Caldas conciliavam tudo: “mudança

de ares, exercício ameno, banhos, copinho, entretenimento, *vita nuova*” (Machado, 1875).

A maior parte das estâncias foram-se desenvolvendo ao longo dos tempos com base numa clientela que buscava a cura pelas águas com total alheamento do recreio. Algumas delas, porém, lançam projectos que conduzem à estruturação dos respectivos territórios com vista a uma ampla produção de bens e serviços destinados à satisfação das necessidades das pessoas que se deslocam por razões de saúde ou de lazer e recreio.

São exemplares os casos das Pedras Salgadas e da Vidago que, nascendo por iniciativas separadas, vieram a ser desenvolvidas segundo projectos idênticos. O primeiro, verdadeira hidrópole com 7 fontes termais, é concebido como um complexo constituído por um parque arborizado artificialmente, dotado de campos de jogos, itinerários pedestres, grande balneário, casino e 4 hotéis pertencentes à mesma empresa. O segundo, formado também por um parque arborizado e ajardinado, campo de golfe, balneário e “buvettes” e quatro hotéis, um dos quais inaugurado em 1910, de arquitectura majestosa “com grandes salões, mobiliário opulento, baixelas luxuosas e escadarias profusamente iluminadas” (Guimarães et al. 2001).

Sendo casos exemplares da criação planeada de destinos turísticos, na época não eram assim considerados, porque se destinavam principalmente à clientela portuguesa e esta não era turística na concepção vigente: turistas, eram estrangeiros e viajavam por prazer e recreio. Não para fazer curas termais ou para ir para a praia!

Aquele que constitui o primeiro projecto de destino turístico, à luz dos conceitos de então e actuais, é o da “Estação Marítima Climatérica, Termal e Desportiva” do Estoril, grande empreendimento de vocação internacional, lançado com o objectivo de atrair correntes turísticas externas.

A iniciativa foi idealizada pelo beirão Fausto de Figueiredo que, apelando ao apoio estatal, submeteu o projecto à apreciação do Parlamento vindo a ser contemplado com as facilidades criadas pelo governo da República para estímulo à hotelaria. Em 1916, com a presença do então presidente da República, Bernardino Machado, é colocada a primeira pedra do grandioso empreendimento que transformaria o Estoril no primeiro centro turístico internacional do País.

Pela primeira vez, fora concebido em Portugal um projecto destinado a organizar um vasto espaço (uma mata) onde deveria surgir uma constelação de atracções e serviços garantidos de uma produção turística diversificada. As primeiras eram constituídas pelo clima, a praia, as termas, as diversões e os desportos e, as segundas pelos hotéis, balneários, instalações desportivas (ténis, croquet, cricket, futebol e esgrima), o casino, o golfe, hipódromo, campo de tiro e um enorme parque “com muitas dezenas

de hectares” torneado por uma linha de *tramways* eléctricos que se prolongaria até Sintra (Estoril, 1914). Tudo isto enquadrado, claro, por um projecto imobiliário para venda de lotes de terreno destinados à construção de moradias de vilegiatura.

A ligação internacional era assegurada, além da via marítima, pelo comboio electricificado (um dos primeiros da Europa) que permitia, via Paris (“sud —express”), as relações com o centro da Europa. Foi uma iniciativa pioneira que só viria a ser replicada 50 anos depois com o projecto de Vilamoura no Algarve a que se seguiram outros (Vale do Lobo, Quinta do Lago).

Fora destes casos há ideias e planos para outros locais como é o caso da Praia da Rocha mas não surgem iniciativas que os concretizem. A praia da Rocha, no Algarve, possuía condições para se desenvolver como “centro de tratamento medicinal e de vilegiatura” (Marrecas, 1915) e aí se organizou, em 1915, o I Congresso Regional do Algarve mas dele não resultaram consequências relevantes. Ambicionava-se vir a possuir “a magnificência e o luxo dos hotéis, dos jardins, dos *cottages* e das admiráveis alamedas de Torquay” para ter a “estância mais bela de todas” (Marrecas, 1915), mas a ambição nunca passaria de um belo sonho.

Contudo, o principal condicionalismo ao desenvolvimento do turismo e que desencorajava as viagens residia na falta e na má qualidade dos hotéis. No seu Guia de Portugal, Raul Proença faz deles um retrato impiedoso ao afirmar que fora das “estâncias termais e balneares e de duas ou três estâncias de vilegiatura ninguém frequenta hotéis portugueses senão por absoluta necessidade, tal é o desconforto e a falta de asseio da maioria deles”.

Não era tanto a falta de estabelecimentos como o mostra o facto de só o Porto dispor, em 1918, de 21 hotéis, entre os quais o Hotel—Fructi—Vegetariano com alimentação especial para atrair naturistas e vegetarianos, e vários outros do “género popular”. Era principalmente a má qualidade e as más instalações, a falta de asseio e o mau serviço.

Na tentativa de combater estas causas surgiu, em 1905, um primeiro projecto de lei para concessão de benefícios fiscais às empresas que construíssem estabelecimentos hoteleiros, mas sem sucesso. Viria a ser o Ministro das Finanças do governo da República, Thomaz Cabreira, que tomaria a iniciativa de propor a aprovação de um diploma em que se estabeleciam grandes vantagens fiscais para os hotéis a construir.

O regime estabelecido por diploma publicado em 1914 esteve em vigor até 1934, mas com fracos resultados. Por um lado, o período de guerra mundial que sucedeu à publicação do diploma não era propício ao turismo embora alastrasse uma febre de iniciativas dada a “pletora de numerário em que a nação abarrotava” e, por outro, porque só se favorecia a construção de grandes hotéis de luxo (Ataíde, 1932). Passa-

ram, depois disso, muitos anos sem que o panorama da hotelaria se alterasse de forma notável, mas curiosamente, foi uma lei publicada em 1954 que, ao criar o instituto da “utilidade turística” através do qual se passaram a conceder benefícios idênticos aos propostos por Thomaz Cabreira, deu o impulso à modernização desejada. Foram necessários 50 anos para a iniciativa privada reagir.

Uma outra ideia para promover a construção de hotéis no início da República consistiu na elaboração de projectos de hotéis por iniciativa da SPP porque a sua criação “também era um problema arquitectónico”. Para o efeito, encarregou em 1915, o arquitecto Raul Lino, que viria a influenciar durante muitos anos a arquitectura portuguesa, de elaborar um projecto de hotel português que o autor propôs se designasse “Hotel – Solar”. O objectivo era evitar a adopção de tipos estrangeiros que além de graves inconvenientes de ordem prática é “tristíssima afirmação daquela fraqueza de espírito que infelizmente caracteriza tantos dos nossos empreendimentos” (Lino, 1915).

Mais tarde, em 1917, a mesma SPP abriu um concurso para projectos de hotel de província “obedecendo aos princípios da máxima economia”, mas tanto num caso como noutra não se ultrapassou a letargia em que se encontrava a iniciativa privada no que ao turismo respeitava. Poucos ousavam arriscar numa actividade que, afinal, raros conheciam. No entanto, os bons exemplos, embora escassos, eram notáveis e deles temos ainda a prova.

São reduzidos os testemunhos da hotelaria portuguesa anteriormente à segunda metade do século XIX mas são conhecidos os casos de Lawrence de Sintra, o mais antigo da Península Ibérica, que teve em Lord Byron o seu mais ilustre hóspede, e o Braganza em Lisboa, citado por Eça de Queirós. Outros teriam existido, não sob a designação de hotel, que é mais recente, mas que eram, certamente locais de agradável e aprazível acolhimento a avaliar pela peça legada pelo grande compositor Cherubini (1760-1842), denominada “*L`Hotellerie portugaise*” em homenagem aos hotéis portugueses.

De época posterior e ainda em laboração, são bem conhecidos o Hotel do Bussaco, aberto em 1907, que um viajante inglês considera “provavelmente, o mais belo hotel da Europa, certamente, de longe, o melhor da Península” (Hume, 1907); o hotel Reid`s da Madeira, construído em 1891, que se transformou numa das referências do património histórico e cultural da região; o Hotel Avenida em Lisboa que abriu em 1892; o Hotel Palace de Vidago, a que já se fez referência, o Hotel do Monte de Santa Luzia, em Viana do Castelo construído em 1918 que deu lugar à actual Pousada.

Depois destes, e ainda numa época em que a hotelaria em geral se mantêm alheada das correntes turísticas que despontam na Europa e os governos se esforçam em

estimular a sua construção, surgem o Hotel Palácio da Curia que constituiu uma das obras de Arte Nova mais notáveis do país, aberto em 1926, o Hotel Palácio do Estoril inaugurado em 1930; o Hotel Aviz em Lisboa considerado entre os 6 melhores do mundo, aberto em 1931.

Todos os citados, com excepção do Aviz, mantêm ainda o esplendor das épocas em que foram criados e constituem, a todos os títulos, orgulho do turismo português. São também testemunho de que não foram em vão as medidas políticas para desenvolver a hotelaria: eram insuficientes as iniciativas, mas quando surgiam, ficaram como perenes exemplos que continuam a dignificar o país.

## **O jogo: de imoralidade perniciosa a pilar de desenvolvimento turístico**

O jogo clandestino proliferou em Portugal desde, principalmente, o fim do século XIX e durante a I Guerra Mundial transforma-se numa chaga social. Lisboa, escreve José de Ataíde, “à custa de muita miséria e de muita desgraça, exhibe uma vida nocturna movimentada e faustosa que nunca tinha tido, alimentada apenas pelo jogo”.

Mas não é só em Lisboa, também “em modestas aldeias do norte, em confortáveis vilas do Alentejo e do Algarve, joga-se fortemente, com paixão, sem conta nem medida”.

Uns pretendiam a sua oficialização e regulamentação mas outros atacavam-no ferozmente. A primeira tentativa para o regulamentar surge ainda na monarquia mas Fontes Pereira de Melo, entre outras destacadas figuras de vida política e literária, é contundente e dirige-se ao rei de forma desabrida: “Vossa Majestade pode assinar o decreto, está nesse direito, mas fique certo de que, dessa hora em diante, deixarão na Europa de lhe chamar o Rei de Portugal para lhe chamarem o Rei de Copas”, escreve no Diário da Manhã.

O soberano não assina o decreto e o primeiro-ministro Hintze Ribeiro determina, em 1900, a proibição e a perseguição do jogo. Levanta-se uma onda de protestos porque “o jogo nas praias como a Figueira, Espinho, Cascais, etc. é um grande elemento de desenvolvimento local” e algumas respeitadas vozes começam a manifestar-se a favor da sua regulamentação.

Anselmo de Andrade, ministro da Fazenda, não “compreende a obstinada resistência, em Portugal, contra os meios de atrair riqueza, que outros países admitem e até promovem”. Na sua opinião nada adianta proibir o jogo porque sempre continuaria a funcionar às escondidas. Pelo contrário, “a sua permissão” sob rigorosas condições de vigilância, poderia ser uma copiosa fonte de riqueza” (Andrade, 1918).

Também o IV Congresso Internacional de Turismo formula o voto de que “por razões de moralidade, de interesse geral e de desenvolvimento das indústrias de turismo, os jogos de fortuna e azar sejam regulamentados nas estâncias balneares, termais e de inverno e que parte das receitas do Estado seja aplicada na propaganda e desenvolvimento do turismo”.

Salvo raras excepções a imprensa era a favor do jogo em Lisboa e no Parlamento perfilhava-se o mesmo ponto de vista mas muitas pessoas, magistrados, médicos, advogados, homens de letras, militares, achavam que isso era converter a capital numa Sodoma onde as seduções e os prazeres atrairiam os estrangeiros ricos e debochados em vez de se dignificar pelo trabalho honrado (Ataíde, 1932).

Foi neste ambiente que, em 1917, o ministro do Interior apresentou em Conselho de Ministros um projecto de decreto sobre o jogo a que o Conselho de Turismo deu parecer favorável com a recomendação de que se impusesse aos futuros concessionários a obrigação de construir hotéis com os confortos e comodidades reconhecidas como indispensáveis. O diploma foi, entretanto, alterado e acabou por não ser aprovado.

Dez anos depois, já em ditadura, o governo entendeu ser necessário regulamentar o jogo a fim de “reduzir ao mínimo os abusos que se estavam cometendo” o que não tinha sido possível antes “por os interesses políticos dos governos partidários serem um óbice”. Claro que a “Ditadura não carecendo de uma clientela eleitoral não tinha que sucumbir aos interesses molestados” e foi-lhe fácil aprovar, em 1927, o decreto que passou a regulamentar os jogos de fortuna e azar. No diploma não são invocadas razões de índole turística como justificação da regulamentação mas previram-se várias medidas que beneficiavam o turismo e esta “terá sido uma das mais certas medidas turísticas de sempre” (Pina, 1988).

Com efeito, foram as obrigações de realização de obras de carácter turístico impostas a concessionárias e as receitas do imposto especial do jogo que levaram a que os casinos tenham “constituído autênticos motores dinamizadores de desenvolvimento turístico dos municípios onde existem” e com eles adjacentes (Ministério da Economia, 2002). Desde 1927 até agora é o jogo que financia a promoção turística, do país no estrangeiro, mantém em funcionamento alguns organismos e, sobretudo, proporciona as receitas através das quais o Estado tem financiado milhares de projectos de carácter turístico.

O Fundo de Turismo, durante toda a sua existência, financiando empreendimentos, a promoção e a formação profissional, teve uma intervenção notável em todo o país com as receitas que o jogo lhe proporcionou. O seu sucessor, Turismo de Portugal, deve-lhes também a sua capacidade de intervenção e, seguramente, o turismo português teria passado maiores vicissitudes e seria mais pobre se não fora o jogo.

## Nota final

Em Portugal é precoce a percepção dos benefícios que o turismo poderia proporcionar, em particular para o saneamento da balança de pagamentos e para as depauperadas Finanças Públicas sem esquecer a sua utilização como instrumento para o reforço de prestígio e da propaganda nacional.

Surgem, no nascimento do século XX algumas tentativas para estruturar uma organização capaz de enquadrar e dinamizar a actividade turística do país que vem a dar os primeiros passos ainda na Monarquia mas que se institucionaliza com a República. Na transição de um regime para o outro, os homens de então, souberam dar provas de inteligente arrojo transformando Portugal num dos pioneiros do turismo moderno não só pela organização que criaram mas também pelas ideias que foram desenvolvendo e das iniciativas que foram concretizando.

Foram quase sempre, é certo, actos mais ou menos isolados sem a identificação de uma linha de rumo e sem ter sido possível definir uma estratégia para garantir o nascimento de uma verdadeira actividade económica, mas isso não lhes diminui o mérito de terem levado Portugal a situar-se entre os primeiros países do mundo a adoptar acções concretas para desenvolver o turismo.

Com efeito, é entre 1911 e 1927 que são lançadas as bases legislativas e organizativas de uma actividade embrionária, a hotelaria, os órgãos locais de turismo, as agências de viagens, o jogo e a propaganda internacional e o apoio financeiro ao turismo. Foi necessário percorrer um longo caminho feito de desvios, hesitações e desilusões mas também de entusiasmo, teimosia, perseverança e muita carolice, para que o turismo viesse a alcançar o lugar que os seus “pais fundadores” sonharam.

São monárquicos e republicanos, que a ideia do turismo irmanou que, em conjunto, iniciam a caminhada, mas é a República que há-de estruturá-lo e dotá-lo dos órgãos essenciais ao seu desenvolvimento posterior. É essa a grande força do turismo. Contribuir para a paz e prosperidade, para o respeito universal e observância dos direitos e liberdades fundamentais, como proclama a ONU. Se é necessário um exemplo, ele foi dado pelos portugueses.

## Referências Bibliográficas

Andrade, Anselmo, 1918, Portugal Contemporâneo

Ataíde, José de, 1912, Relatório das Actividades Desenvolvidas no período de 14 de Setembro de 1911 a Junho de 1912, Repartição de Turismo

Ataíde, José de, 1932, Algumas notas sobre o turismo em Portugal, Turismo, Anuário 1933-34, 2ª edição

- Boyer, Marc, 2001, L`Histoire de L`Invention du Tourisme, XVI – XIX siècle, L`aube, essai, 2001
- Câmara Corporativa (V Legislatura), 1952, Parecer nº 25, Estatuto do Turismo, Relator Luís Supico Pinto
- IV Congrès International du Tourisme, 1911, Compte Rendu General, Lisbonne, Typographie Universelle, 1912
- Estoril, 1914, Estação Marítima, Climatérica Thermal e Sportiva, Lisboa
- Garcia, José da Penha, 1936, Algumas Bases para a Organização do Turismo em Portugal, I Congresso Nacional de Turismo, Lisboa
- Guimarães Manuel e Valdemar António, 2001, Grandes Hotéis de Portugal, Edições INAPA
- Garret, Almeida, 1829, Da Educação, Londres
- Herculano, Alexandre, Para uma Associação de Defesa de Património, o Panorama 1839
- Hughes, Stuart H, s/data, Histoire de l`Europe Contemporaine, Marabout Université
- Hume, Martin, 1907, Trought Portugal, London, E. Grant Richards
- Lima, Magalhães, 1912, Vida Internacional, Lisboa
- Lino, Raul, 1915, Memória justificativa e descritiva de um projecto de Hotel Português para ser construído no sul do país, Boletim da SPP, Ano 11, nº 6, 1917
- Locke, Locke`s Travel en France, 1675 - 1674, Cambridge, John Lough, 1953
- Machado, Júlio César, 1875, Introdução, in Ortigão Ramalho, Banhos de Caldas e Águas Minerais
- Marques, A H. Oliveira, 1989, Crédito Predial Português, 125 anos de história, Lisboa
- Martins, Oliveira, 1887, A Província, 21 de Janeiro de 1887
- Marrecas, Cândido, 1915, Praia da Rocha: seu presente e seu futuro, Boletim nº 4 e 5, Ano 9, Sociedade de Propaganda de Portugal
- Ministério da Economia, 2002, Turismo em Portugal, Política, Estratégia e Instrumentos de Intervenção.
- Montaigne, Journal de Voyages em Italie par la Suisse et L`Àlemagne en 1580 et 1581, Garnin Frères, Paris, 1942
- Navarro, Ernesto, 1936, Organização Corporativa das Comissões de Iniciativa, I Congresso Nacional de Turismo, Lisboa, 1936
- Ortigão, Ramalho, Turista de Portugal, Instituto Rainha D. Leonor, Lisboa, 1987
- Pina, Paulo, 1991, “O Turismo, O Advento, 1820 – 1910, Turismo, Edição da Direcção Geral de Turismo, Jan. Fev. Março 1991, nºs. 24 a 26, Ano III, Série 1
- Pina, Paulo, 1988, Portugal, O Turismo no século XX, Lucidus, 1988

Ribeiro, Victor, 1910, Influência da tradição monumental e local no desenvolvimento do “turismo” no país, (Tese extra P.), Grande Congresso Nacional, Lisboa

Silva, Manuel Emygdio da, 1948, O Turismo em Lisboa, Lisboa 1998

Spartley, Ricardo, 1936, Organização do Turismo em Portugal, I Congresso Nacional do Turismo, Lisboa

SPP, Sociedade Propaganda de Portugal, 1915, Boletim, ano 9º, nº1, 1915

SPP, Sociedade Propaganda de Portugal, 1916, ano 10º, nº. 3, pp. 52